

STJ00098886

INGO WOLFGANG SARLET
TIAGO FENSTERSEIFER

**princípios
do direito
ambiental**

2014





Rua Henrique Schaumann, 270, Cerqueira César — São Paulo — SP
CEP 05413-909

PABX: (11) 3613 3000

SAC: 0800 011 7875

De 2ª a 6ª, das 8:30 às 19:30

www.editorasaraiva.com.br/contato

Direção editorial Luiz Roberto Curia

Gerência executiva Rogério Eduardo Alves

Gerência editorial Thais de Camargo Rodrigues

Editoria de conteúdo Henderson Fürst

Assistência editorial Deborah Caetano de Freitas Viadana

Coordenação geral Clarissa Boraschi Maria

Preparação de originais Maria Izabel Barreiros Bitencourt Bressan e

Ana Cristina Garcia (coords.)

Flavia Gutterres Falcão de Oliveira

Arte e diagramação Isabel Gomes Cruz

Revisão de provas Amélia Kassis Ward e

Ana Beatriz Fraga Moreira (coords.)

Alzira Muniz

Willians Calazans de Vasconcelos de Melo

Produção editorial William Rezende Paiva

Serviços editoriais Elaine Cristina da Silva

Kelli Priscila Pinto

Surane Vellenich

Capa William Rezende Paiva

Produção gráfica Marli Rampim

Impressão Barta Gráfica

Acabamento Barta Gráfica

ISBN 978-85-02-22505-3

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Sarlet, Ingo Wolfgang

Princípios do direito ambiental / Ingo Wolfgang Sarlet, Tiago Fensterseifer. — São Paulo : Saraiva, 2014.

Bibliografia.

1. Direito ambiental 2. Direito ambiental - Brasil I. Fensterseifer, Tiago. II. Título.

14-03207

CDU-34:502.7(81)

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Direito ambiental

34:502.7(81)

Data de fechamento da edição: 14-4-2014

Dúvidas?

Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva.

A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo artigo 184 do Código Penal.

137.932.001.001

SUMÁRIO

Abreviaturas.....	7
Nota dos autores à 1ª edição.....	15
INTRODUÇÃO: CLASSIFICAÇÃO, FUNÇÕES, EFICÁCIA E APLICABILIDADE DOS PRINCÍPIOS EM MATÉRIA AMBIENTAL.....	17
1. PRINCÍPIO DO ESTADO SOCIOAMBIENTAL DE DIREI- TO.....	27
2. PRINCÍPIO DO FEDERALISMO COOPERATIVO ECOLÓ- GICO.....	35
2.1. Considerações gerais sobre o princípio do federalismo “cooperativo” ecológico.....	35
2.2. Princípio da subsidiariedade como expressão do federa- lismo cooperativo ecológico.....	40
3. PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E SUA <i>DIMENSÃO ECOLÓGICA</i>	44
3.1. Breves considerações acerca do conceito e conteúdo normativo do princípio (e valor) constitucional da digni- dade da pessoa humana.....	44
3.2. A dimensão ecológica do princípio da dignidade da pessoa humana.....	47
3.3. Princípio da dignidade do animal não humano e da vida em geral?.....	53
4. PRINCÍPIO DA SOLIDARIEDADE.....	66
4.1. O princípio da solidariedade como marco jurídico- -constitucional do Estado Socioambiental de Direito.....	66
4.2. Solidariedade entre Estados e cidadãos de diferentes Estados	72
4.3. Solidariedade entre diferentes gerações humanas (e o princípio da equidade intergeracional).....	73
4.4. Solidariedade entre espécies naturais?.....	76
5. PRINCÍPIO DA RESPONSABILIDADE EM FACE DAS PRESENTES E DAS FUTURAS GERAÇÕES.....	78

6. PRINCÍPIO DO POLUIDOR-PAGADOR E DO USUÁRIO-PAGADOR.....	85
7. PRINCÍPIO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL...	89
7.1. Considerações gerais sobre o conceito de desenvolvimento sustentável.....	89
7.2. Os três pilares (social, econômico e ambiental) da sustentabilidade.....	96
7.3. Princípio do consumo sustentável: o dever jurídico de consumir produtos e serviços ecologicamente sustentáveis ..	98
8. PRINCÍPIO DA FUNÇÃO AMBIENTAL DA POSSE E DA PROPRIEDADE.....	104
9. PRINCÍPIO DA PARTICIPAÇÃO PÚBLICA	114
9.1. Introdução: considerações preliminares sobre a democracia participativa no Estado Socioambiental de Direito	114
9.2. Os três pilares do princípio da participação pública em matéria ambiental a partir da Declaração do Rio (1992) e da Convenção de Aarhus (1998).....	121
9.2.1. Notas preliminares.....	122
9.2.2. O problema da participação pública no processo de tomada de decisões em matéria ambiental.....	123
9.2.3. O acesso à informação ambiental.....	134
9.3. Acesso à justiça em matéria ambiental como garantia da participação pública	145
9.3.1. Acesso à justiça como acesso ao sistema judiciário	145
9.3.2. O direito à assistência jurídica das entidades ambientalistas e das pessoas vulneráveis em matéria ambiental	152
9.4. Educação ambiental	155
9.4.1. Educação em direitos ecológicos.....	157
10. PRINCÍPIO DA PREVENÇÃO	160
11. PRINCÍPIO DA PRECAUÇÃO	164
12. PRINCÍPIO DA COOPERAÇÃO (NACIONAL E INTERNACIONAL).....	170
13. PRINCÍPIO DA NÃO DISCRIMINAÇÃO E DO ACESSO EQUITATIVO AOS RECURSOS NATURAIS	174

14. PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E DA RAZOABILIDADE.....	178
14.1. Considerações gerais sobre os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.....	178
14.2. A proporcionalidade entre proibição de proteção insuficiente e proibição de excesso (e a inconstitucionalidade das medidas – legislativas e administrativas – violadoras do direito fundamental ao ambiente)	188
15. PRINCÍPIO DA PROIBIÇÃO DE RETROCESSO AMBIENTAL.....	193
Referências	205